

PESQUISAS

HISTÓRIA, TRADIÇÃO E PATRIOTISMO – OS SIGNIFICADOS DAS COMEMORAÇÕES DO TRICENTENÁRIO DO CEARÁ*

Almir Leal de Oliveira**

A produção historiográfica do Instituto Histórico do Ceará entre os anos de 1887 e 1930 está profundamente relacionada com as construções ideológicas que foram responsáveis pela inserção do Ceará na identidade nacional. Formado em 1887 por um conjunto de intelectuais locais, o Instituto do Ceará congregou diferentes profissionais (médicos, engenheiros, advogados, poetas, jornalistas, religiosos...) com diferentes posturas políticas e formações intelectuais, com o objetivo de construir o lugar do Ceará na história do Brasil. Identificados com as concepções de civilização e progresso social de matrizes científicas e positivistas, esses historiadores aspiravam ao progresso local através de uma forma definidora do território e da história cearense. Participantes de uma burguesia local emergente, colocaram-se a tarefa da construção de uma tradição no tempo e no espaço que legitimasse o lugar social de onde falavam.

Ao determinar os agentes e situações que *inauguraram* o Ceará na história, os historiadores do Instituto do Ceará estabeleceram entre 1887 e 1903 as *origens parciais* da mítica *origem* do Ceará. Os primeiros conquistadores, os primeiros donatários e os *heróis fundadores*, definidos por esses historiadores, constituiriam uma sistemática tradição. Fonte de poder simbólico e temporal, a constelação de identidades situadas e localizadas na cronologia cearense propiciou a gênese integradora do Ceará à história nacional e à história universal. O estudo das comemorações do Tricentenário do Ceará

* Este texto elenca alguns desdobramentos das reflexões da minha pesquisa de doutoramento intitulada *O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará – Memória, representações e o pensamento social* (1887-1930), sob a orientação da professora Maria Odila Leite da Silva Dias.

** Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará e doutorando da PUC-SP.

em 1903 indica como o pensamento social se deslocou da construção de narrativas para a esfera social mais ampla da construção de símbolos e tradições.

A proposta deste ensaio de pesquisa é, portanto, a de compreender como um conjunto de conteúdos da história do Ceará foi estabelecido como uma narrativa que passou a constituir práticas de natureza simbólica e ritual na organização da memória oficial. Discutir essa transferência de conteúdos, as valorizações empreendidas e as formas sociais que estabeleceram uma continuidade em relação ao passado é uma das tarefas do historiador preocupado em investigar os sentidos das comemorações. A desconstrução do evento comemorativo monumentalizado pode oferecer ao pesquisador as formas pelas quais a produção historiográfica se desloca das construções narrativas e se estabelecem socialmente na elaboração das justificações ideológicas.

As comemorações do Tricentenário do Ceará foram realizadas durante o mês de julho de 1903. A idéia inicial partiu de Guilherme Studart, um dos sócios do Instituto Histórico do Ceará. Uma Comissão organizadora foi criada pelo governo estadual, da qual o próprio Studart foi o presidente. As comemorações pretendiam uma *consagração do passado* cearense. Foi um dos primeiros momentos em que podemos observar a apropriação pública das teses desenvolvidas pelos membros do Instituto. Neste caso, meu interesse é o de compreender como as representações do passado cearense, construídas por esses historiadores, foram codificadas pelas formas institucionalizadas do poder e se estabeleceram como memória histórica.

As tradições inventadas possuem funções políticas e sociais importantes. No caso das comemorações do Tricentenário do Ceará, as festividades cumpriram o papel de culto cívico, promoção dos valores republicanos e de divulgação dos conteúdos da história do Ceará, por meio de publicações que monumentalizavam a chegada dos portugueses no início do século XVII.

A linguagem teatral e o espetáculo público revelaram-se através de cerimônias compostas a partir de um esforço ritualístico do passado. No dia dedicado às comemorações, a cidade de Fortaleza foi palco de manifestações variadas. Pela manhã, de acordo com os jornais da época, ocorreu uma alvorada às 5 horas, com as bandas de música do Batalhão de Segurança, Banda dos Aprendizes de Marinheiros e Banda do Clube Filarmônico. As ruas da cidade também foram especialmente decoradas com bandeiras, principalmente os prédios públicos, consulados, oficinas tipográficas e estabelecimentos comerciais. Foi decretado feriado municipal pelo intendente.

A programação incluiu um *Te Deum* às 8 horas na catedral, ministrado pelos bispos de Fortaleza e do Maranhão. Às 13 horas realizou-se uma sessão cívica no edifício da

Assembléia Legislativa. Às 15 horas houve uma recepção no Palácio do Governo. Outra solenidade religiosa ocorreu na Igreja Coração de Jesus às 16 horas. O Clube Barbosa de Freitas também realizou sua sessão cívica às 17 horas. A programação ainda incluiu um concerto musical, baile e *show* pirotécnico na avenida Sete de Setembro.

Durante o dia as bandas de música percorreram a cidade em bondes especiais e, segundo o jornal *A República*, “os festejos organizados em comemoração à data mais tradicional de nossa história tiveram a consagração de uma extraordinária solenidade ainda não atingida”.¹

Práticas sociais que foram predominantemente organizadas e executadas pela elite letrada de Fortaleza, as comemorações propunham o reconhecimento de uma hierarquia bem definida da sociedade. No *Te Deum* realizado na catedral, o Presidente do Estado ocupava uma tribuna de honra, cadeiras especiais foram especialmente separadas para as principais autoridades presentes e para os membros da Comissão organizadora. Deputados, magistrados, oficiais militares e delegados de instituições científicas ocuparam esses lugares de destaque. O clero, com suas pompas de gala teve também lugar especial nos altares e os oficiantes utilizaram suas capas magnas. Após a bênção solene e o cântico *Tantum Ergo* foi cantado o Hino Nacional e continências militares foram prestadas ao Presidente do Estado, deputados, corpo consular e autoridades militares. Tudo ao som de salvas de tiros e girândolas.

Um dos sentidos da comemoração que pode inicialmente ser observado foi o de oferecer ao público espectador uma visualização das hierarquias da cidade e do estado. A função política no palco da vida pública pôde ser assistida em um ritual de consagração de um passado construído que fundamentava as mitificações da história ao mesmo tempo que elegia os temas cívicos a serem prestados cultos. Desta forma, a legitimação e a consagração do passado em um ritual cívico legitimavam a própria ordenação social e política do presente.

Semelhante efeito sobre a cidade provocou a sessão cívica no palácio da Assembléia Legislativa. Ainda segundo os jornais da época, o edifício fora especialmente decorado para a cerimônia, com combinações de flores, escudos, bandeiras e espelhos, oferecendo aos espectadores um aspecto sedutor e uma impressão fantástica. As bandas marciais, que antes percorriam a cidade, se perfilaram na frente do edifício e ao toque

1 Cardoso, Graccho. “Tricentenário da vinda dos primeiros portugueses ao Ceará”, *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, Tipografia Studart, 1903, Tomo XVII, p. 229.

do clarim o Batalhão de Segurança apresentou suas armas para a entrada do Presidente do Estado, Comissão organizadora e demais autoridades. Uma multidão se aglomerou na praça para assistir à entrada dos convidados. Assim como na cerimônia religiosa, o povo assistiu a tudo do lado de fora. Para a maioria da população, as duas principais cerimônias se resumiram ao comportamento espectador de aguardar a entrada e saída dos convidados na porta dos palácios. Para eles, certamente, as comemorações limitaram-se às formações militares, às bandas de música e à iluminação especial da avenida 7 de Setembro, quando puderam, durante a noite, admirar a queima de fogos de artifícios.

Nessa sessão discursaram alguns membros do Instituto Histórico. O primeiro deles, Paulino Nogueira Borges da Fonseca, presidente do Instituto, que escreveu alguns estudos sobre a primeira catequese de índios no Ceará. Outro, Tomás Pompeu de Souza Brasil, ao discursar, teria ficado tão emocionado que teve que interromper o discurso. Pela primeira vez foi entoado o hino do Ceará, cantado pelas alunas da Escola Normal, de autoria de Tomás Lopes e Alberto Nepomuceno. Ainda segundo os jornais da época, ao ser cantado o hino do Ceará, uma estrondosa salva de palmas foi ouvida: “em sua complexidade de efeitos, essa música parecia evocar o longínquo, indefinível e misterioso de há três séculos à voz de Pero Coelho e de seus companheiros, dentre a espessura da floresta virgem, na sombria tristeza do crepúsculo”.²

As lembranças da origem do Ceará e os primeiros lances da conquista estabeleceram assim, de fato, os símbolos de um patriotismo que deveria ser cultuado e ritualizado no presente. Neste sentido, a participação das bandas e orquestras entronizando os hinos nacionais não careceu sequer do símbolo patriótico cearense – o hino do Ceará, que junto com a bandeira foi um dos símbolos pátrios mais evidentes das nações modernas. Neste caso, foi o hino do Ceará a primeira das manifestações de um imaginário republicano a ser criado no estado.

Sabemos que civismo e patriotismo estavam articulados em atitudes que privilegiavam as formas de vivências comunitárias. Mediação entre a família e o social, a Pátria representava na teoria positivista uma organização circunscrita a um pequeno território, que pudesse desenvolver sentimentos comunitários e afetivos. Ela seria uma forma de estágio de evolução social que substituiria o estágio teológico enquanto a humanidade galgava suas evoluções para atingir o ideal positivo, era “a mediação ne-

2 Idem, p. 234.

cessária para atingir o instinto social”.³ O culto cívico pretendido pelas comemorações do Tricentenário se enquadram dentro desta perspectiva. No artigo “Consagração do passado”, de Antônio Augusto de Vasconcelos, também sócio do Instituto Histórico, essa articulação entre Pátria e progresso positivo está bastante evidente:

Esse culto de amor e civismo é a nossa própria dignificação (...). É a consagração do passado (...) bem merecida glorificação que estimula e edifica. Hoje o coração cearense, onde quer que se ache, vibra de entusiasmo e orgulho ao relembrar entre saudades e glórias de sua Pátria. Bem merecida consagração do Passado. É uma luz do presente a iluminar o futuro.⁴

Studart, o presidente da Comissão que organizou as festividades, vai mais além nesta significação do culto cívico como fórmula civilizatória. Para ele seria uma forma de estabelecer as tradições locais reafirmando um elo com o passado de luta e o ideal de brilho:

Essa comemoração será um estímulo à atual e às futuras gerações. Essa longa e demorada vista retrospectiva documentará o amor dos Cearenses à sua história e tradições, produzirá uma homenagem aos que primeiro descortinaram para a vida da civilização esta terra, guarda ciosa dos tesouros de suas crenças, heróica nos sofrimentos, trabalhadora, ávida de progressos, fadada a altos desafios.⁵

Definida a origem que abria para o Ceará o ingresso no processo evolutivo civilizatório, o reenquadramento do passado à linha evolutiva estabelecia, nesta visão, as tradições a serem cultuadas, valorizando uma perspectiva ufanista da história cearense.

Entretanto, para apresentar o conjunto coerente e integrado desta trajetória no tempo, os membros da Comissão organizadora, notadamente os membros do Instituto Histórico, ocuparam-se em oferecer ao público uma série de estudos, fontes e cronologias que tinham como função enquadrar, através do discurso histórico, as tradições inventadas. Aqui, o conhecimento histórico produzido deveria legitimar uma visão do passado, comprovando, através dos pressupostos positivistas, o acontecimento fundador da tradição. Em 1903, a *Revista do Instituto Histórico do Ceará* publicou 26 trabalhos

3 Carvalho, José Murilo de. *A formação das almas*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p. 22.

4 Vasconcelos, Antônio Augusto de, op. cit., pp. 37-40.

5 Studart, Guilherme. “Martin Soares Moreno – O Fundador do Ceará”, *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, Tipografia Studart, 1903, Tomo XVII, p. 228.

sobre os primeiros colonizadores, destacando-se entre eles as monografias sobre os primeiros colonizadores.

Os complexos rituais, simbólicos do patriotismo cearense presentes nas festividades do Tricentenário do Ceará, compunham com o elemento destacado do mito da origem, ou do herói fundador, o culto cívico que era promovido pela história. As publicações produzidas e divulgadas pelos historiadores do Instituto Histórico do Ceará construíram em torno de Martim Soares Moreno os valores e as aspirações coletivas do panteão cívico cearense, ao mesmo passo que também ofereciam uma leitura da história do Ceará para a nação, integrada à história universal. Podemos observar esta questão na monografia de Guilherme Studart:

Martim Soares Moreno é o vulto culminante da história primitiva do Ceará, tudo que lhe diz respeito reveste-se de capital interesse, porque, mais afortunado que Pero Coelho e os missionários Pinto e Figueira, é ele o fundador do Ceará, e por longos anos o nascente estabelecimento viveu e prosperou debaixo de sua direção inteligente e vigorosa.⁶

Studart identifica no processo de colonização/conquista a matriz original da história do Ceará. Identificar esse processo com a idéia de fundador é, por assim dizer, destacar o processo de colonização como o marco inicial da história local. Daí a necessidade apontada por ele de documentar os feitos da chegada, instalação e resultados dessa empresa conquistadora do território e que orienta os marcos da história cearense. Nada mais peculiar, do ponto de vista da história individualista e de matriz cientificista do que trazer ao conhecimento as informações documentais sobre tal evento original. Dentre as obras de história do Ceará publicadas na ocasião estavam as fontes reunidas por Studart nos três anos que passou em Portugal coletando fontes da história do Ceará. Segundo ele, “para comprovar a veracidade das informações” e assim legitimar o feito heróico.

Neste sentido, o discurso histórico elegeu o mito fundante e construiu em torno dele todos os elementos de verossimilhança garantidores e legitimadores da construção do panteão cearense. Os historiadores e o seu ofício foram responsáveis, assim, pela imagem edificadora da colonização/conquista européia do Ceará, onde a invenção épica de Martim Soares Moreno figurou como símbolo tributário de culto cívico durante as comemorações de 1903:

6 Studart, Guilherme, op. cit., p. 177.

Hoje, que com festas merecidas se comemora o Tri Centenário da vinda dos primeiros portugueses ao Ceará servirão estas desprezíveis linhas de preito à memória do heróico soldado, a quem, como acertadamente escreveu José de Alencar na sua mimosa lenda Iracema, cabe o qualificativo de verdadeiro fundador do Ceará.⁷

Na definição do mito fundante, os historiadores do Instituto Histórico do Ceará se colocaram como os portadores da missão de revelar os *verdadeiros* elementos da tradição histórica cearense e os caminhos projetados da evolução pretendida. As qualidades e os atributos de Martin Soares Moreno estabelecidos nessa construção orientavam, de acordo com essa concepção, os caminhos da Pátria cearense. A apoteose comemorativa era assim tributária de uma formulação do discurso histórico que elegia tradições, vultos e sentimento pátrio. Desta forma, a definição do campo profissional da história como portador privilegiado para exprimir a veracidade do passado caminhou paralelamente à definição dos elementos simbólicos que foram promovidos no momento das comemorações do Tricentenário do Ceará.

A tendência de atribuir valores identitários aos cearenses, como se fez com o mito fundador Martim Soares Moreno, distinguindo-os nas suas individualidades dentro da nacionalidade brasileira é ainda hoje muito recorrente. Seja por seus “atributos morais” ou pelo lugar de “luz e liberdade” que ocupam, a veiculação de mensagens publicitárias, políticas ou de propaganda turística evoca diuturnamente falas de um passado imemorrável, que encontram nas matrizes de uma história construída a partir de valores eurocêntricos e civilizatórios uma significativa e sintomática recorrência.

Tecer uma desconstrução desses discursos ideológicos identitários é uma forma de avançar na compreensão dos usos e das apropriações que grupos políticos e empresariais vêm, no decorrer de anos, nutrindo com respeito à história do Ceará. Desta forma, torna-se necessário o estudo das temporalidades envolvidas na construção dos discursos que sustentaram as noções identitárias da sociedade cearense na nacionalidade e que subsidiam recursos de sofisticadas apropriações ideológicas. O estudo das comemorações do Tricentenário do Ceará pretende ser uma contribuição neste sentido.

7 Idem.